

Processo Seletivo de Monitoria 2025

Disciplina: Direito Processual Penal I

SOBRE CONSULTAS:

SOMENTE SERÁ PERMITIDA CONSULTA A LEGISLAÇÃO “SECA” NÃO COMENTADA/INTERPRETADA (CÓDIGOS E VADE MECUNS).

OBSERVAÇÃO:

CASO FAÇA MAIS DE UMA PROVA, POR GENTILEZA, INDICAR NO TOPO DA FOLHA DE PROVA, EM LETRA VISÍVEL, O NOME DA DISCIPLINA QUE CORRESPONDE À PROVA E ÀS RESPOSTAS QUE ESTÃO SENDO REDIGIDAS.

Questão 1. Discorra sobre as hipóteses legais em que o juiz deve rejeitar a denúncia ou a queixa, indicando os dispositivos legais aplicáveis e o conteúdo de cada uma das hipóteses.

Questão 2. *“Não bastará ao estudo definir em que consiste um sistema acusatório e depois sublinhar que a nossa Constituição o adotou, se, confrontada com a estrutura processual ordinária, que resulta das novas e velhas leis, concluirmos que na prática muitas vezes não se observam os elementos essenciais do sistema acusatório”.* (PRADO, Geraldo. Sistema acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 78).

Na linha desta citação, é possível afirmar que o Código de Processo Penal brasileiro apresenta dispositivos legais que remontam ao modelo processual penal inquisitório, dentre eles: I. Art. 28, CPP II. Art. 385, CPP III- Art. 156, inciso I, CPP IV. Art. 212, caput, CPP.

2.1- Está correto APENAS o que se afirma em:

A- I e IV.

B- I, II, III e IV.

C- II e III.

D- II e IV.

E- I e II.

2.2- Dentre os dispositivos legais indicados acima, escolha dois e explique, à luz das garantias constitucionais/convencionais, porque ele NÃO se adequa aos moldes de um sistema processual penal acusatório. Justifique e fundamente sua resposta (**máximo de 10 linhas**).

Questão 3. No inquérito policial, não há acusado, mas indiciado; não há processo, e sim procedimento administrativo; não há litigante; não tem finalidade punitiva, mas apenas informativa; não há acusação, mas investigação (TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo, Saraiva, 2009, pp. 69-71).

Sendo assim, é correto se dizer que no inquérito policial não há incidência dos princípios ou garantias do contraditório e da ampla defesa? Explique sua resposta, à luz da Constituição de 1988 e da legislação infraconstitucional.